

PROJETO DE DECISÃO

Da reclamação apresentada contra a decisão da ANACOM de 02.08.2018, referente ao pedido de intervenção para resolução administrativa de litígios – incumprimento de procedimentos de instalação de *drops* de cliente no âmbito da ORAP

1. Enquadramento

No âmbito de um pedido de intervenção apresentado pela MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (MEO ou – aqui – Contrainteressada), enquadrável no procedimento de resolução administrativa de litígios previsto no artigo 10.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua atual redação (Lei das Comunicações Eletrónicas– ou LCE), a ANACOM, através de **decisão de 02.08.2018**, com base nos factos e fundamentos nela expostos, determinou à Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, S.A. (Vodafone ou Reclamante) o cumprimento imediato das regras previstas na versão 3.1 da Oferta de Referência de Acesso a Postes (ORAP ou Oferta de Referência), em vigor, no que diz respeito aos procedimentos relativos à instalação de *drops* de cliente, cessando a prática atual, devendo esta, em consequência:

- a. Apresentar à MEO os pedidos de instalação de *drop* de cliente ao abrigo do serviço de intervenção;
- b. Informar a MEO sobre todos os *drops* de cliente que instalou desde agosto de 2017 até ao presente, identificando-os corretamente em cadastro; e
- c. Proceder ao pagamento dos montantes referentes à ocupação dos postes da MEO associados aos *drops* de cliente.

Inconformada com esta decisão, a **Vodafone** apresentou, em **27.08.2018**, uma **reclamação administrativa**, ao abrigo do disposto nos artigos 184.º e seguintes e nos artigos 191.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (CPA), através da qual requereu a revogação ou anulação da *supra* referida decisão da ANACOM de 02.08.2018, “(...) *declarando que a Vodafone não se encontra obrigada a informar a MEO previamente à instalação de drops de clientes, nem a entregar à MEO o cadastro de cabos e equipamentos e nem a pagar a esta última operadora a quantia de 1,25 € por cada drop instalado*”.

2. Admissibilidade da reclamação

Conforme decorre do artigo 186.º, n.º 1, alínea a) do CPA, a Vodafone tem legitimidade para reclamar da decisão da ANACOM acima referida, na medida em que é titular de direitos subjetivos ou interesses legalmente protegidos e se considera lesada pela prática do ato administrativo.

O prazo para reclamar é de 15 dias úteis, nos termos do disposto no artigo 191.º, n.º 3, conjugado com o artigo 87.º, ambos do CPA, uma vez que não há disposição legal em contrário. Tendo a Vodafone sido regularmente notificada da decisão de 02.08.2018, em 03.08.2018¹, o prazo para apresentação de reclamação terminou a 27.08.2018 – pelo que, tendo sido apresentada naquela data, a reclamação em análise é tempestiva.

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 192.º do CPA, em 29.08.2018 a ANACOM notificou a MEO, aqui contrainteressada, para, querendo, alegar o que tivesse por conveniente sobre o pedido e respetivos fundamentos no prazo (legal) de 15 dias úteis (cfr., ainda, o citado artigo 87.º do CPA).

A MEO apresentou a sua pronúncia em 19.09.2018, ou seja, em tempo.

3. Suspensão da execução da decisão da ANACOM de 02.08.2018

Entretanto, a **31.08.2018**, a **Vodafone** submeteu, ao abrigo do disposto no artigo 189.º do CPA, requerimento pedindo a **atribuição de efeito suspensivo à reclamação** que havia apresentado e a determinação da suspensão de todos os efeitos da decisão da ANACOM de 02.08.2018, até que a reclamação fosse decidida.

Na análise a este pedido, para a qual se remete na íntegra, para os devidos efeitos, foi verificado que, após a decisão do litígio em apreço e no âmbito de outro procedimento administrativo em curso, a ANACOM obteve conhecimento e informação, mais extensos e detalhados, sobre os procedimentos seguidos e/ou preços aplicados – no âmbito da vigência da mesma versão da ORAP – às demais beneficiárias desta Oferta de Referência que, no mínimo, recomendavam que na sua decisão sobre a reclamação ora em apreciação

¹ Cfr. o talão do aviso de receção do ofício de notificação que lhe foi dirigido, com ref.^a ANACOM-S013432/2018.

fosse ponderado todo o novo acervo de dados de que agora dispunha, na medida em que estes pareciam ser geradores de incerteza quanto aos efeitos do que havia sido decidido.

Neste contexto, a ANACOM referiu que, no âmbito da consulta pública relativa ao procedimento administrativo de alteração da Oferta de Referência de Acesso a Condutas (ORAC) e da ORAP – que terminou em 13.08.2018 – passou a estar na posse de informação que indicava que a execução imediata da sua decisão poderia sujeitar a Vodafone ao cumprimento de procedimentos e/ou pagamento de quantias a que outra(s) entidade(s) não estão sujeitas.

Nestes termos, por decisão de **07.09.2018**, a **ANACOM decretou a suspensão da execução da sua decisão de 02.08.2018**, por verificação cumulativa dos requisitos legais previstos no artigo 189.º, n.º 2 do CPA.

Esta decisão foi notificada às partes, por protocolo, em 10.09.2018.

Posteriormente, através de **comunicação de 26.09.2018**, a **MEO**, afirmando que a decisão de suspensão constitui por si só um ato administrativo, questionou a ausência de notificação, nos termos dos artigos 121.º e seguintes do CPA, para se pronunciar em sede de audiência prévia. Segundo a MEO, não se verificou qualquer dos pressupostos previstos no n.º 1 do artigo 124.º do CPA que poderiam levar à dispensa da audiência dos interessados, nem a ANACOM indicou as eventuais razões que ditaram a sua não realização.

Ademais, a MEO afirma que a ANACOM sustentou a verificação de um dos pressupostos para tal decisão – prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação –, não em argumentos apresentados pela Vodafone, mas em factos que terão chegado ao conhecimento da Autoridade no âmbito de outro procedimento administrativo², que a MEO afirma não terem sido explicitados, nem detalhados na decisão de suspensão de execução. Para além disso, tais factos seriam apenas indiciadores de que a execução da decisão poderia sujeitar a Vodafone ao cumprimento de procedimentos e/ou pagamento de quantias a que outras entidades não estão sujeitas. Ora, a MEO entende que tais circunstâncias justificariam a realização da audiência prévia, de modo a esclarecer a suposta desvantagem da Vodafone face às demais Beneficiárias da Oferta. E diz ainda não poder deixar de questionar sobre

² Embora a MEO o omita, note-se que a ANACOM, de forma transparente, referiu na decisão de suspensão que o procedimento administrativo em causa é o da alteração da ORAC e da ORAP, cuja consulta terminou no passado dia 13.08.2018, e no qual a MEO também é parte interessada.

quais os factos alegados pela Vodafone no seu pedido de suspensão, cuja probabilidade séria de veracidade sustentaram a decisão de suspensão da ANACOM.

Nestes termos, a MEO veio solicitar à ANACOM o envio dos necessários esclarecimentos, em concreto, dos factos (novos) indiciadores de que a execução da decisão de 02.08.2018 poderia sujeitar a Vodafone ao cumprimento de procedimento e/ou pagamento de quantias a que outra(s) entidade(s) não estão sujeitas, de modo a que possa ter conhecimento dos mesmos e, em sede própria, e como forma de garantir o seu direito ao contraditório, pronunciar-se sobre estes.

No que a este pedido da MEO diz respeito, esta Autoridade releva, em primeiro lugar, que o CPA não prevê, no âmbito dos meios (graciosos) de impugnação administrativa (*in casu*, da reclamação que, realça-se, constitui um procedimento administrativo de segundo grau), qualquer audiência prévia dos interessados sobre a decisão de um pedido de suspensão de eficácia do ato administrativo impugnado (ao contrário do que sucede no artigo 192.º, n.º 1 do mesmo Código, em relação ao teor da reclamação) .

Como a MEO bem evidencia, o artigo 189.º, n.º 3 do CPA apenas prevê que “*A suspensão da execução pode ser pedida pelos interessados a qualquer momento, devendo a decisão ser tomada no prazo de cinco dias*”, não olvidando, certamente, que “*A exiguidade deste prazo justifica-se pela efectividade da tutela graciosa dos interessados.*”³.

Ou seja, o curtíssimo prazo previsto no CPA para apreciação e decisão do pedido de suspensão da execução (que, em rigor, deve ser entendida como suspensão da eficácia, paralisadora dos efeitos do ato administrativo por certo período), demonstra objetivamente o carácter urgente desta medida, que, como tal, não se pode compadecer com o tempo que uma eventual audiência prévia carece. Esta limitação temporal visa acomodar a urgência subjacente a este tipo de medidas de natureza cautelar – a ser de outro modo, perder-se-ia o efeito útil pretendido com a medida.

Sem prejuízo, e sem conceder (pois, reitera-se, não está prevista qualquer audiência prévia dos interessados), sempre se dirá que a urgência subjacente à decisão sobre a suspensão da execução de um ato reclamado, como é o caso em apreço, preenche o pressuposto

³ Cfr. Luiz Cabal de Moncada in “*Código do Procedimento Administrativo anotado*”, Coimbra Editora, 2015, p. 665.

previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 124.º do CPA, que admite a dispensa da audiência prévia dos interessados nestes casos.

Uma última nota para esclarecer que, não obstante a argumentação apresentada pela Vodafone para fundamentar o pedido formulado nesta sede, que foi devidamente ponderada e examinada, a ANACOM encontra-se habilitada, nos termos do disposto n.º 2 do artigo 189.º do CPA, a *oficiosamente* decretar o efeito suspensivo das suas decisões, tendo, nesse contexto, considerado que não podia deixar de ponderar e relevar a informação que posteriormente obteve no âmbito do procedimento de revisão da ORAP (e da ORAC) e que indicia que a execução imediata da sua decisão de 02.08.2018 poderia sujeitar a Vodafone ao cumprimento de procedimentos e/ou pagamento de quantias a que outra(s) entidade(s) não estão sujeitas.

4. Apreciação

4.1. Comentários gerais da Reclamante e da Contrainteressada, e entendimento da ANACOM

Na reclamação que apresenta, a **Vodafone** impugna a decisão da ANACOM, alegando a sua *ilegalidade* ou, mesmo que assim não se entenda, no mínimo a sua *inconveniência*, ao abrigo do disposto no artigo 185.º, n.º 3 do CPA. Alerta ainda que a “*decisão sub judice (...) produz consequências extremamente lesivas para os interesses dos operadores de telecomunicações, dos consumidores e para o regular funcionamento do mercado, em geral.*” (cfr. ponto 8 da Reclamação).

Genericamente, a Vodafone afirma que não se pode conformar com a decisão da ANACOM por entender que esta não tem suficiente apoio na ORAP e conduz a resultados nocivos no que respeita à (des)igualdade entre operadores de comunicações eletrónicas, permitindo à MEO, na sua opinião, um conjunto de benefícios totalmente injustificados.

A Vodafone declara que até finais de 2015 procedeu sempre à instalação de cabos de cliente sem qualquer pedido prévio junto da MEO e sem ter procedido a qualquer pagamento, o que, de acordo com o conhecimento que diz ter, também terá sucedido com as outras Beneficiárias. Depois, em meados de 2015, a MEO passou a exigir a apresentação de pedidos prévios, pelo que enviou à Vodafone uma proposta de procedimento específico, no final desse ano, ao qual a Vodafone aderiu. A Reclamante diz que apenas aderiu a esse procedimento para assegurar a continuidade da ligação de clientes finais à sua rede, mas

que em agosto de 2017 cessou os pagamentos que vinha a realizar desde junho de 2016 (com efeitos retroativos a dezembro de 2014).

A adesão a este procedimento específico aconteceu, segundo a Vodafone, num contexto muito especial, uma vez que esta empresa e a MEO estavam desde o fim de julho de 2014, a dar execução a um acordo de partilha da fibra ótica que implicava uma utilização massiva de postes e pontos de distribuição óticos (PDOs) da MEO e que, nas palavras da Reclamante *“tornava esta última num parceiro comercial incontornável, tendo a Vodafone sentido necessidade de aceitar um procedimento (contextual) específico que lhe permitisse fazer um deployment de drops para ligação de clientes finais.”*.

Acrescenta que *“[f]oi neste contexto que, em 15.02.2018, a MEO solicitou a intervenção da ANACOM no âmbito do procedimento de resolução administrativa de litígios previstos na lei, já que, na perspetiva daquela operadora, a Vodafone teria incumprido a ORAP, em virtude de ter deixado de lhe apresentar pedidos de intervenção, de lhe prestar informação sobre o cadastro de cabos e equipamentos instalados, e de efetuar o pagamento do preço mensal correspondente a essas ocupações.”* (cfr. ponto 15. da Reclamação).

Por sua vez, em resposta, a **MEO** afirma estar de acordo com as determinações da ANACOM estabelecidas na sua decisão de 02.08.2018.

Afirma, a título inicial, que *«a Decisão em causa deixa bem claro que: A - inexistente qualquer fundamento para a Vodafone ter deixado de utilizar o procedimento definido e validado pela ANACOM; B - o incumprimento da Vodafone baseou-se em “interpretação errónea” das obrigações decorrentes da ORAP; C - inexistente qualquer alteração de comportamento da Altice Portugal a partir de dezembro de 2015, quanto à exigência de recebimento de pedido para a instalação de drop de cliente; D - no âmbito da ORAP sempre foi exigível a apresentação de pedido para a instalação de drop de cliente bem como apresentação de cadastro dos mesmos.»*.

A estas afirmações, a MEO acrescenta *“que resulta inequívoco da Decisão em causa que inexistente qualquer comportamento discriminatório da Altice Portugal”* e que *“optou corretamente a ANACOM por decidir determinar à Vodafone o cumprimento imediato das regras previstas na ORAP (nomeadamente a sua versão 3.1, em vigor) no que diz respeito aos procedimentos relativos à instalação de drops de cliente, cessando a sua prática atual”*.

Ademais, na sua pronúncia, a aqui Contrainteressada, afirma discordar totalmente com os factos referidos pela Vodafone no sentido de que a adesão ao procedimento específico da MEO aconteceu num contexto muito especial, em que as duas empresas se encontravam desde o fim de julho de 2014 a dar execução a um acordo de partilha de fibra ótica. A MEO menciona expressamente que foi no âmbito da execução deste Acordo de Partilha que se tornou evidente para a MEO que aquela empresa se encontrava a instalar *drops* de cliente sem cumprir os procedimentos estabelecidos na ORAP e sem proceder ao respetivo pagamento.

A MEO explica que, tendo detetado esta situação, interpelou a Vodafone, que passou a cumprir as regras da ORAP para a instalação de *drops* de cliente. E afirma ainda que, adicionalmente, e para efeitos de sistematização de procedimentos, em outubro de 2015, comunicou à Vodafone e às demais Beneficiárias da Oferta, um procedimento mais detalhado a seguir, não sendo verdade que a MEO tenha passado a exigir a colocação de pedidos apenas nessa data.

Na sua pronúncia, a MEO afirma, genericamente, que a reclamação da Vodafone é totalmente desprovida de sustentação, pelo que apenas pode ser indeferida, devendo a ANACOM manter integralmente, e com plenos efeitos, a decisão de 02.08.2018.

Sobre estas alegações de natureza geral, a **ANACOM entende** dever salientar que as garantias impugnatórias – como é o caso da reclamação administrativa sob análise – pressupõem um ato administrativo praticado, pelo que aquelas a quem aproveitam – ou seja, os interessados – podem requerer junto da Administração a revogação, anulação administrativa, a modificação ou substituição do ato impugnado.

In casu, foi requerida pela Vodafone a anulação ou a revogação da decisão da ANACOM de 02.08.2018, tendo sido apresentado um conjunto de fundamentos que visam indistintamente um ou outro pedido, sem que tenha sido efetuada a respetiva e a devida discriminação e enquadramento.

Com efeito, tal como resulta do disposto no artigo 165.º do CPA, enquanto a anulação tem por fundamento a *invalidade* do ato administrativo, a revogação sustenta-se em *razões de mérito, conveniência ou oportunidade*. Assim, a destruição dos efeitos do ato com fundamento na sua invalidade ocorrerá nas situações em que aquele tenha sido praticado com ofensa dos princípios ou normas jurídicas aplicáveis (*vide* artigo 163.º do CPA). Por sua vez, a cessação dos efeitos do ato administrativo, fundamentada em razões de mérito, conveniência

e oportunidade, decorre do facto de a manutenção para o futuro da situação constituída pelo ato administrativo não se adequar às exigências de interesse público.

Feito este esclarecimento preliminar, os fundamentos apresentados pela Reclamante continuarão a ser analisados no ponto 4.2 seguinte.

Impõe-se, por outro lado, afirmar que a MEO, na sistematização que apresenta da decisão de 02.08.2018, vai mais além do que a ANACOM na mesma afirmou – o que é gerador de equívocos quanto ao que foi, na realidade, o entendimento desta Autoridade sobre a matéria em diferendo –, pelo que, para todos os efeitos, se remete para o teor do que foi efetivamente deliberado.

Quanto à afirmação da MEO de que *“resulta inequívoco da Decisão em causa que inexistente qualquer comportamento discriminatório da Altice Portugal”*, esclarece-se que, na verdade, o que a ANACOM referiu foi o seguinte: *“importa salientar que a ANACOM teve conhecimento, pela própria MEO, da existência de situações referentes aos procedimentos para a instalação de drops de cliente por parte de outras Beneficiárias desta Oferta que já foram instadas pela MEO à regularização das instalações que tenham sido efetuadas em incumprimento das condições previstas na ORAP, pelo que não se afigura existir, à partida, um comportamento discriminatório da MEO face à ora Requerida.”* (cfr. páginas 23 e 24, agora sublinhado).

Quanto à alegação da MEO de que *“em linha com a argumentação da Altice Portugal, optou corretamente a ANACOM por decidir determinar à Vodafone o cumprimento imediato das regras previstas na ORAP (nomeadamente na sua versão 3.1, em vigor)”*, a ANACOM reitera o que já tinha esclarecido no Relatório de audiência prévia sobre o projeto de decisão de resolução do litígio, ou seja, que *«no ponto 1 da decisão da ANACOM (...) não consta a expressão “nomeadamente”, tendo esta Autoridade determinado (exclusivamente) o cumprimento das regras previstas na versão 3.1 da ORAP, em vigor»* (cfr. página 5 do Relatório, agora sublinhado), nada impondo quanto ao procedimento adotado pela empresa em 2015, como aparentemente a MEO quer fazer crer com o uso daquela expressão.

No que concerne ao facto de o Acordo de Partilha celebrado entre as duas empresas ter condicionado a atuação da Vodafone, remete-se para o que também foi referido a este propósito no Relatório de audiência prévia, ou seja, que *“(...) o recurso da Vodafone a um – novo – procedimento criado pela MEO em 2015 (e que nunca constou da ORAP), visando a instalação de drops de cliente, foi opcional e voluntário, não sendo de adesão obrigatória pelas Beneficiárias desta Oferta de Referência.”* (cfr. página 8 do Relatório, agora

sublinhado). Sem prejuízo, acrescenta-se que a Vodafone podia nessa altura ter solicitado a intervenção da ANACOM e optou por não o fazer, sujeitando-se, voluntariamente, ao *novo* procedimento.

Analisemos agora os fundamentos específicos apresentados pela Reclamante.

4.2. Fundamentos apresentados pela Reclamante, comentários específicos da Contrainteressada e entendimento da ANACOM

i) Falta de previsão expressa na ORAP de um procedimento específico para a instalação de cabos (drops) de cliente

A **Vodafone** afirma que, ainda que a ORAP em vigor (a versão 3.1) estipule que a instalação de cabos de cliente deve ser solicitada no âmbito do serviço de intervenção – sem nunca mencionar, como a própria sublinha, que essa solicitação tem que ser prévia – o facto de aquela Oferta não exigir uma “Análise Prévia”, nem pedidos de “Acesso e Instalação”, retira sentido a uma obrigação de informação prévia.

Ademais, a Vodafone declara que a versão em vigor da ORAP não prevê qualquer procedimento específico aplicável à instalação de *drops* de cliente. Na sua perspetiva, mesmo que no ponto 4.4 da ORAP esteja estipulado que para a instalação de cabos de cliente (*drops*), a Beneficiária deve formular um pedido de intervenção de acordo com o procedimento do Anexo 3, nada no mesmo versa sobre como se deve processar a instalação de *drops*.

Segundo a Reclamante é de desvalorizar o elemento literal dos pontos 4.2 e 4.4 da Oferta, porque na sua perspetiva nada existe sobre *drops* na ORAP e o procedimento para o qual se remete é totalmente desadequado e inexecutável para efeitos de instalação de cabos *drop*.

Também na opinião da Vodafone, a ORAP não prevê qualquer obrigação de envio do cadastro relativamente a instalações de cabos de *drop*, mas tão-só para instalação de cabos “normais”. Acrescenta que a obrigação de envio de cadastro só deve ocorrer sempre que se verifique uma alteração na configuração da instalação dos cabos e equipamentos. Todavia, quando se instala um *drop* de cliente não se altera a configuração da instalação, pelo que para a Vodafone neste ponto a decisão reclamada não é rigorosa.

Por seu turno, a **MEO** alega que não se pode afirmar que a Oferta de Referência não prevê qualquer procedimento específico para a instalação de *drops* de cliente, sublinhado que “o

procedimento previsto desde [o] início é o aplicável genericamente às intervenções, devendo ter sempre presente na análise desta matéria que a instalação de drops de cliente se traduz na utilização de propriedade alheia, pelo que, por defeito, quem utiliza deve notificar e informar o respetivo proprietário.” (cfr. ponto 22. da resposta à Reclamação).

Porém, afirma que reconheceu que o procedimento para instalação de *drops* de cliente poderia ser mais detalhado na ORAP – do que informou a ANACOM mediante comunicação de 20.05.2016. E, por isso, foi instituído um procedimento mais detalhado para o efeito, o qual foi comunicado aos operadores, e entrou em vigor em 15.10.2015.

Declara ainda que *“teve consciência da oportunidade de se proceder a esta sistematização de procedimentos, naquela altura, precisamente por causa da experiência que teve com a Vodafone no âmbito do Acordo de Partilha, onde foram detetados os incumprimentos na instalação de drops de cliente por parte da Vodafone.”* (cfr. ponto 20. da Resposta à Reclamação).

Neste contexto, a MEO faz notar que nem todos os procedimentos operacionais são refletidos no corpo das Ofertas e seus anexos, nomeadamente quando se pretende agilizar o processo, como afirma ter sucedido neste caso.

Quanto à matéria do cadastro, a MEO alega existir má-fé da Vodafone quando defende que na Oferta não está previsto o envio do cadastro no caso de instalação de *drops* de cliente.

A MEO afirma que a ORAP não contém qualquer referência a cabos “normais”. E faz referência ao previsto no ponto 4.7 da Oferta, em que se estipula: *“Após a conclusão dos serviços de acesso e instalação, intervenções, remoções e desvios de traçado, a Beneficiária é obrigada a remeter à MEO, no prazo máximo de 30 dias de calendário, os respetivos cadastros válidos, em conformidade com o procedimento previsto no Anexo 3.”* (cfr. ponto 27. da Resposta à Reclamação).

Neste sentido, acrescenta que sendo a instalação de *drops* de cliente feita no âmbito das intervenções, é óbvio que o envio do cadastro dos *drops* está também abrangido por este ponto da Oferta e que é condição básica para a correta gestão e exploração da infraestrutura por parte da MEO, *“nomeadamente em situações de substituição por manutenção ou desvio da mesma nas quais tem de notificar todas as beneficiárias de um determinado poste a desviar, a fim de serem programados os cortes de serviço com o menor impacto possível*

para todos os clientes finais de todos os operadores presentes no poste em questão.” (cfr. ponto 28. da Resposta à Reclamação).

Na perspetiva da MEO é por demais evidente que a instalação de um *drop* de cliente configura necessariamente uma “*alteração na configuração da instalação dos cabos*”, conforme previsto na ORAP, e que o envio do cadastro é obrigatório, em relação aos pedidos de intervenção para instalação de *drops*. Pelo contrário, o envio do cadastro só não é aplicável em casos de reposição de serviço, em que o cabo instalado se mantenha ou seja substituído por outro idêntico, situações em que não há “*alteração na configuração da instalação dos cabos*” (cfr. ponto 31. da Resposta à Reclamação).

A **ANACOM entende** que não pode acolher a argumentação da Vodafone de que falta previsão expressa na ORAP de um procedimento específico para a instalação de cabos (*drops*) de cliente, perante a evidência da redação dos pontos 4.2. e 4.4. da ORAP, bem como do ponto 7 do Anexo 3 da mesma Oferta, tal como sublinhou na decisão reclamada, para a qual agora se remete.

E muito menos pode colher o argumento de tornar irrelevante o elemento literal dos referidos pontos da ORAP vigente.

E tanto assim é que a Vodafone se limita a afirmar que o elemento literal *não pode prevalecer*, pois bem sabe que a letra da Oferta envolve o tratamento dos *drops*, pelo que este primeiro fundamento da reclamação redundante, afinal, no argumento da inadequação e inexecutabilidade do procedimento previsto no Anexo 3 da ORAP – aspeto tratado no ponto seguinte.

ii) Inadequação e inexecutabilidade do procedimento previsto no Anexo 3 da ORAP aos drops de cliente

A **Vodafone** alega que o Anexo 3 da ORAP, para o qual remete o ponto 4.4 da mesma prevê procedimentos unicamente aplicáveis a avarias e pedidos de construção, não existindo qualquer indicação da intervenção como uma instalação do *drop*.

Neste contexto, reforça a sua posição argumentando que nem poderiam tais procedimentos ser aplicados aos *drops*, mesmo com adaptações, pois a reparação de avarias e a instalação de cabos (*drops*) de cliente obedecem a lógicas totalmente distintas. Na perspetiva da Vodafone, o procedimento previsto no Anexo 3, é desadequado e inexecutável por ser incompatível com os tempos e a realidade da instalação de um *drop*.

Entende a Vodafone que o procedimento previsto no Anexo 3, se aplicável à instalação de cabos de cliente, implicaria que as Beneficiárias agendassem junto da MEO a instalação dos cabos de *drop* com uma antecedência, que seria sempre superior a 8 horas, o que, na sua opinião, não é compaginável com as exigências do mercado. Também alega que a MEO não teria realisticamente uma efetiva possibilidade de acompanhar as múltiplas instalações que ocorrem por dia, pelo que tal agendamento seria irrelevante e desnecessário, pois nunca seria cumprido.

Daí que, para a Vodafone, existe uma lacuna na Oferta sobre o procedimento aplicável aos pedidos de instalação de *drops* de cliente. E reforça esta posição com a afirmação de que antes de 2015 nenhuma Beneficiária alguma vez tenha observado tais procedimentos, nem tampouco a MEO procurou impor a sua aplicação, salvo em 2015 com a criação do novo procedimento para o efeito. Para a Vodafone, tal constitui um reconhecimento, por parte da MEO, da existência de uma lacuna na Oferta.

A **MEO** afirma que a instalação de *drops* de cliente está prevista, desde o início de vigência da ORAP, no âmbito das intervenções, *“porque não se considerou adequado que estes processos de ligação ao cliente final ficassem sujeitos aos prazos mais alargados que são aplicáveis ao processo normal de instalação.”* (cfr. ponto 34. da resposta à Reclamação). Assim, recorreu-se a este procedimento associado a intervenções unicamente com o intuito de agilizar a instalação de *drops* de cliente, sendo o mesmo – na sua opinião – perfeitamente adequado.

A MEO afirma que não é verdade a alegação da Vodafone de que a antecedência mínima de 8 horas não seja *“compaginável com as exigências de mercado”*. Para a Contrainteressada não tem qualquer fundamento a preocupação manifestada pela Vodafone, afirmando que, *“em média (...) instala os serviços num período temporal de [Início de Informação*
Confidencial - IIC] [Fim de Informação Confidencial - FIC] após a
confirmação do pedido do cliente”. A MEO reitera que nem sempre realiza os acompanhamentos de instalação de *drops* de cliente, pois não está dimensionada para o fazer. Todavia, na sua perspetiva, tal não significa que não tenha o direito de poder realizá-los e de saber que intervenções externas estão a ocorrer nos bens da sua propriedade em cada momento e decidir que instalações de *drops* de cliente necessitam de acompanhamento, dada a sua criticidade, e que instalações dele não carecem.

A MEO refere que é paradoxal a alegação da Vodafone de que não é compaginável com as exigências do mercado o tempo de notificação para instalação de *drops* de cliente que se encontra definido, quando este é o mesmo que é usado para a reposição na sequência de avarias. E chama, também, a atenção para o facto de ser revelador da incoerência da argumentação da Reclamante a alegação de que procurou reduzir o prazo de 48 horas para 24 horas, sendo, assim, as 8 horas previstas no procedimento de intervenção para instalação de *drops* de cliente mais do que suficientes dentro desse intervalo.

Logo, para a MEO o procedimento em vigor não é de forma alguma inexecutável.

Quanto aos argumentos/fundamentos avançados pela Vodafone e pela MEO nesta sede, a **ANACOM sublinha** que a MEO já havia admitido (e.g., na resposta ao sentido provável de decisão sobre a análise dos mercados 3a e 3b), que o *“processo atualmente referido na ORAP para a instalação do Drop de Cliente não estava suficientemente detalhado e estava incorretamente enquadrado no âmbito das intervenções (programadas) quando, de facto, se trata de uma instalação, pelo que recentemente foi efetuada uma proposta de alteração para adequar os procedimentos deste serviço”*⁴.

Ou seja, por um lado, a MEO assumiu que o procedimento estava (mal) enquadrado no serviço de intervenção e defendeu o seu melhoramento e, por outro lado, a Vodafone durante um determinado período de tempo enquadrou a instalação de *drops* na ORAP na especificação mais detalhada que a MEO lhe propôs, em 2015, e voluntariamente aceitou.

iii) Desvantagens competitivas decorrentes da ORAP na interpretação da decisão reclamada, violação do direito da concorrência e de outras disposições regulatórias

Para a **Vodafone** ainda que se admitisse que a ORAP se aplica à instalação de *drops* de cliente, tal regime seria ilegal e introduziria relevantes distorções no mercado.

Segundo a Vodafone, se estivesse obrigada a informar a MEO, com um período mínimo de antecedência, que nunca será inferior a 8 horas, este iria, desde logo, levar a um atraso na

⁴ Posteriormente, e na sequência da decisão da ANACOM sobre a análise dos mercados 3a e 3b, a MEO alterou a ORAP introduzindo na Oferta a descrição das condições do serviço de *“instalação de drop de cliente”*, bem como os procedimentos operacionais associados. No contexto da decisão da ANACOM, de 29.06.2017, para adoção de medidas provisórias e urgentes relativas à suspensão da entrada em vigor das alterações à ORAC e à ORAP, esta Autoridade considerou, à partida, que a alteração introduzida pela MEO tinha um impacto imediato negativo, na medida em que não estava em linha com o recomendado anteriormente pela ANACOM, nomeadamente no sentido de aproximar a oferta ao princípio de EdL. Concluiu assim a ANACOM tratar-se de matéria que carecia de uma avaliação mais detalhada a ser feita no âmbito da análise (à ORAC e) à ORAP em curso.

conclusão da ativação do serviço, com aumento da probabilidade de desistência dos clientes. Quanto menor for o prazo de instalação, menor será também a taxa de cancelamento, com a empresa afirma que demonstram os seus números. Quando em março de 2016 a Vodafone procurou reduzir o prazo de instalação de 48 horas para 24 horas, a taxa mensal média de cancelamento da ativação reduziu em 10 pontos percentuais. Para a Vodafone, esta é uma redução significativa por ser indiciadora da existência de uma relação causa/efeito entre a duração do prazo de instalação e a taxa mensal média de cancelamentos.

A Vodafone acrescenta que através da ORAP os operadores são obrigados a informar a MEO com antecedência de que contactaram certo cliente e que este aceitou a sua proposta, o que confere uma vantagem competitiva à Contrainteressada, a seu ver, ilegítima. Argumenta, pois, a Reclamante que a MEO fica na posse de informação comercialmente sensível – i.e., de que um cliente seu se prepara para aderir a outra operadora – que lhe permite realizar ações de *winback*, ou seja, de o contactar e tentar dissuadi-lo de ativar e subscrever os serviços da Beneficiária sua concorrente com proposta mais vantajosa, numa altura em que ainda pode exercer a livre resolução do novo contrato celebrado, sem custos adicionais.

Para a Vodafone é óbvio que o procedimento previsto na ORAP não tem qualquer razão técnica que o justifique, uma vez que a instalação não carece de análise prévia de viabilidade, e a ser aplicável à instalação de cabos *drop*, teria sido estabelecido unicamente em duplo e indevido benefício da MEO. Para a Reclamante, os únicos efeitos úteis do procedimento previsto no Anexo 3 da Oferta seriam retardar a conclusão da instalação e o de proporcionar à MEO o acesso a informação comercial sensível, colocando-a numa posição de vantagem competitiva ilegítima, em óbvia distorção da concorrência.

A Vodafone declara que a decisão reclamada contribui para um enviesamento comercial e prejudicará o regular funcionamento do sector, bem como os consumidores dos serviços de comunicações eletrónicas.

Acresce que para a Reclamante, o acesso a informação comercial sensível da empresa por parte da MEO constitui uma violação das normas de defesa da concorrência e não há nenhum interesse público visível que se sobreponha.

Argumenta em concreto que a “*instituição pela própria* [a MEO, que detém uma posição dominante] *de procedimentos que exigem às Beneficiárias o fornecimento de informação comercial sensível (como o endereço do cliente angariado que acaba por permitir a sua identificação, e como a data de instalação do drop que permite à MEO na prática ficar com*

uma base de dados dos clientes da Vodafone com identificação do período da eventual permanência obrigatória do cliente, etc.), sem que algum motivo de ordem operacional o justifique e sem que seja possível, realisticamente, assegurar que a informação fornecida não é conhecida nem utilizada para fins comerciais, configura uma conduta abusiva.” (cfr. ponto 37. da Reclamação).

A empresa alega ainda que estes procedimentos podem traduzir-se na criação de dificuldades injustificadas no acesso à rede, o que *«poderá equiparar-se a uma recusa de fornecimento “construtiva” por parte de uma empresa dominante, a qual, se não for objetivamente justificada, poderá ser considerada abusiva e, portanto, ilegal.»* (cfr. ponto 38. da Reclamação).

Na sua opinião, a transmissão à MEO de dados dos seus clientes, recolhidos pela Vodafone junto dos mesmos, configuraria uma comunicação de dados a terceiros nos termos do Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD), e respetivo tratamento pela MEO, o que implicaria o cumprimento, por parte desta empresa, de uma série de obrigações legalmente previstas – e a Vodafone recusa desde já que mais tarde lhe possa vir a ser assacado qualquer tipo de responsabilidade neste âmbito.

Alega a Vodafone que, caso se venha a comprovar que a MEO tenta reconquistar clientes durante o período de arrependimento e livre revogação do contrato, tal constitui, não só uma conduta anticoncorrencial, mas também uma utilização abusiva de dados pessoais de terceiros que não autorizaram o seu tratamento para esse fim.

Adita ainda a Vodafone que a decisão da ANACOM, através da qual foi determinada a observância do procedimento previsto na ORAP à instalação de *drops* de cliente e pagamentos associados, implica uma distorção concorrencial, com consequente violação das normas de defesa da concorrência, na medida em que, com esta decisão, fica em clara desvantagem competitiva perante a MEO, a qual tem acesso a informação comercial sensível da empresa, como, por exemplo, o endereço do cliente angariado, que permite depois a sua identificação, e possibilita a realização de ações, abusivas e ilegais, de retenção de clientes por parte da MEO.

Contrapondo estas alegações, a **MEO** afirma que só agora a Vodafone faz alusão aos efeitos perniciosos que podem decorrer do cumprimento dos procedimentos em vigor, não tendo, no período durante o qual cumpriu o procedimento, veiculado essas preocupações.

Defende que o efeito em causa não é real, pois que nunca se poderia sobrepor ao dever de comunicar a utilização de uma infraestrutura alheia, com a antecedência necessária para que o seu detentor possa exercer o seu direito de acompanhar a execução dos trabalhos.

Afirma ainda que estando em causa um cliente da MEO, que decidiu aderir à Vodafone, sempre teria conhecimento de que tal cliente iria sair para outro operador quando comunicasse o cancelamento dos seus serviços, ou seja, no âmbito do relacionamento retalhista normal. E admite que, nesse momento, com certeza iria tentar convencer o cliente a ficar, como afirma ser prática de qualquer mercado concorrencial.

A MEO entende ainda que a Vodafone não foi capaz de demonstrar com factos as suas afirmações de que a MEO realiza as alegadas ações de retenção motivadas pela colocação de pedidos de instalação de *drops* de cliente. Defende que essa suposta retenção de clientes associada ao procedimento de instalação de *drops* de cliente fosse real, a Vodafone deveria ser capaz de a demonstrar. É que entre o final de 2015 e julho de 2017, a Vodafone cumpriu os procedimentos definidos na ORAP para a instalação de *drops* de cliente e, assim, criou a oportunidade para – como aquela alega, mas não demonstra – a MEO realizar as alegadas ações de retenção.

A MEO afirma que não ocorreram ações de retenção da sua parte e, nesta sequência, faz menção aos mecanismos, legais e os previstos nas próprias ofertas grossistas, que asseguram a proteção da informação transmitida entre operadores. Assim, a Contrainteressada alega respeitar integralmente, no âmbito das atividades que desenvolve, o disposto no artigo 65.º, n.ºs 1 e 2 da LCE a respeito da confidencialidade das informações.

Faz também alusão às razões técnicas que justificariam a necessidade de colocação de pedidos prévios, já explicadas no ponto D20 da resposta ao SPD de revisão da ORAC e da ORAP, para onde remete. E, de acordo com a MEO, é precisamente por tais pedidos não requererem análise de viabilidade que se torna mais importante assegurar a possibilidade de a Contrainteressada poder fazer o respetivo acompanhamento, caso entenda ser necessário.

A MEO acusa a Vodafone de alegar factos sem os provar, designadamente que a MEO usaria de forma abusiva as informações que lhe são transmitidas em sede de procedimento de instalação de *drops* de cliente para efeitos de ações de retenção de clientes. Diz que a Vodafone sustenta a sua posição em meras suposições.

Acrescenta que podem ser realizadas auditorias, fiscalizações e pedidos de informação a partir dos quais se poderá concluir que estas ações de retenção “abusivas” não ocorrem.

A Contrainteressada remata, afirmando que “*no âmbito das alterações propostas pela Altice Portugal para a ORAP e para que não restem quaisquer desconfianças, consta a proposta de não solicitar sequer a morada do cliente final no formulário relativo à instalação de drops de cliente, o que é bem revelador da total isenção do comportamento da Altice Portugal no âmbito do tratamento dos pedidos em causa.*” (cfr. ponto 67. da resposta à Reclamação).

Sem prejuízo da ponderação que esta Autoridade está a desenvolver sobre a matéria no âmbito da revisão da ORAP (e da ORAC), a **ANACOM considera** que a Vodafone labora em equívoco quanto ao sentido da decisão de 02.08.2018 desta Autoridade.

Com efeito, a ORAP – vide em concreto o ponto 7.2 do respetivo Anexo 3, que contém a “*Descrição do procedimento*” – prevê a apresentação pela Beneficiária do “*Local da intervenção: descrição da morada com indicação de referências no local*”. E, no Formulário de Cadastro de Ocupação (Form. 5) – constante do Anexo 4.5 da ORAP – na parte referente à “*Localização*”, apenas é feita menção à “*zona geográfica, concelho, freguesia e local*”.

Assim, atendendo ao elemento literal em que a ANACOM sustentou a sua decisão, é possível observar que no texto da ORAP não é feita qualquer menção à morada ou endereço do cliente final da Beneficiária da Oferta, mas sim à localização da intervenção, isto é, da instalação do *drop* de cliente. O que na ORAP está previsto é que a Beneficiária proceda à identificação do poste da MEO onde está instalado o PDO da Vodafone de onde parte o *drop* de cliente, bem como dos restantes postes da MEO necessários para ocupação pelo *drop* de cliente até alcançar o cliente final.

Salienta-se, neste contexto, que, contrariamente ao alegado pela Vodafone, em nenhuma disposição da ORAP é referido que o Formulário de Cadastro de Ocupação, a enviar pela Beneficiária à MEO após a realização da intervenção nos postes desta, se aplica apenas aos cabos de rede e não aos cabos (*drops*) de cliente.

De facto, o Formulário de Cadastro de Ocupação aplica-se a todos os cabos instalados nos postes da MEO e prevê o envio pela Beneficiária de informação sobre as características dos cabos instalados nos postes da MEO, características dos PL (e.g., PDO e TAP de onde partem precisamente os cabos de *drop* de cliente) instalados nos postes da MEO e

identificação do traçado de cabos aéreos nos postes da MEO (e.g., no caso de cabos de *drop* de cliente ocuparem mais do que um poste).

Assim sendo, não existe, nos termos da letra da ORAP, transmissão, nem acesso a informação confidencial e sensível da Vodafone, incluindo de dados pessoais de terceiros, por parte da MEO suscetível de pôr em causa as normas do RGPD.

Ademais, e embora a Vodafone apele a evidência circunstancial para o efeito, não logrou demonstrar, mediante a apresentação de provas concretas de tal nexos de causalidade, uma única situação de *winback* (i.e., ações de retenção/captação, para “trazer de volta” clientela) que tivessem sido adotadas abusivamente pela MEO em resultado de um eventual acesso a informação comercial sensível, alegadamente obtida em virtude do cumprimento do procedimento de instalação de *drops* de cliente ao abrigo da ORAP, na sua versão 3.1 então em vigor (cfr. Anexo 3 *ex vi* ponto 4.4 da ORAP).

E ainda que se admita que alguma informação, como a relativa à localização do PDO (diga-se, do poste onde este está fixado) ou dos postes envolvidos no *drop*, pudesse, em teoria, ser usada para proceder a ações de *winback* de clientes por parte da MEO – o que se reitera que a Vodafone não logrou demonstrar com provas concretas –, há que referir que a MEO está, de facto, obrigada ao cumprimento da norma do artigo 65.º da LCE.

De acordo com o n.º 1 desta disposição legal, “*As empresas devem respeitar a confidencialidade das informações recebidas, transmitidas ou armazenadas antes, no decurso ou após os processos de negociação e celebração de acordos de acesso ou interligação e utilizá-las exclusivamente para os fins a que se destinam.*”. E, no seu n.º 2, está expressamente previsto que “*As informações recebidas não devem ser transmitidas a outras partes, incluindo outros departamentos, filiais ou empresas associadas, relativamente às quais o conhecimento destas possa constituir uma vantagem competitiva.*”.

Nestes termos, a MEO não pode transmitir aos seus departamentos comerciais retalhistas informações que obtém enquanto prestador grossista. Se o fizesse, estaria a praticar uma conduta ilegal, punida nos termos da LCE – como, aliás, bem sabe. Com efeito, constitui contraordenação muito grave a violação das obrigações de confidencialidade previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 65.º (*vide* o disposto na alínea *ee*) do n.º 3 e no n.º 9 do artigo 113.º da LCE).

iv) Discriminação e violação do princípio da igualdade

A **Vodafone** afirma que a atuação da MEO e a decisão da ANACOM acabam por redundar num comportamento discriminatório e violador do princípio da igualdade (cfr. artigos 13.º, n.º 1 e 266.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa (CRP) e artigo 6.º do CPA), bem como das normas da defesa da concorrência.

Explicita que, tanto quanto é do seu conhecimento, nenhuma das demais Beneficiárias alguma vez informou a MEO previamente à instalação de *drops* de cliente, ou pagou qualquer quantia a esse título. Para si, não há notícia de que a MEO alguma vez tenha exigido de qualquer outro operador a prestação de informações quanto aos *drops* instalados ou sequer que tenha procurado proceder à cobrança do respetivo valor.

A Vodafone entende que foi a única Beneficiária que chegou a remeter a informação prévia e proceder ao pagamento à MEO do valor de 1,25 € por cada *drop* instalado (através da sua adesão voluntária ao procedimento específico criado pela MEO em 2015). Diz ainda que, no entanto, a MEO só apresentou contra si pedido de intervenção para a resolução administrativa de litígios junto da ANACOM.

Salienta que nenhum outro operador de comunicações eletrónicas cumpre o alegado procedimento resultante da ORAP, ou foi, sequer, interpelado a cumpri-lo, o que configura um tratamento claramente discriminatório, em seu prejuízo. Nesta sequência declara que a decisão da ANACOM incorre em violação do princípio legal e constitucional da igualdade, na medida em que tutela essa mesma conduta discriminatória da MEO.

Acrescenta que suporta um “*ónus agravado*” que não recai sobre outras Beneficiárias, sendo a “*única penalizada por esta entidade reguladora, por via de uma decisão – que apelida de – condenatória*” (cfr. ponto 42. da Reclamação), apesar de ter sido o único operador que alguma vez cumpriu voluntariamente um procedimento específico para a instalação de *drops* de cliente.

Considera, assim, que a decisão reclamada é infundada e injusta, dando cobertura a um tratamento absolutamente discriminatório por parte da MEO. E adita que “*ao considerar que o procedimento da MEO respeita o princípio da equivalência de inputs, que a Vodafone estará obrigada, por força da ORAP, a proceder à informação prévia e ao pagamento respeitantes à instalação de drops de clientes, a decisão da ANACOM incorre, também, em violação do*

princípio legal e constitucional da igualdade na medida em que tutela a conduta discriminatória da MEO.” (cfr. ponto 43. da Reclamação).

A Reclamante não concede que havendo mais Beneficiárias da ORAP, seja, na verdade, a *“única a quem o respetivo cumprimento é exigido e, até, autoritariamente imposto”* (cfr. ponto 43. da Reclamação) – o que a coloca numa posição de desvantagem competitiva perante os demais operadores de comunicações eletrónicas seus concorrentes, uma vez mais, na sua opinião, em clara violação das normas, nacionais e europeias, de defesa da concorrência.

Por seu turno, a **MEO** declara que a Vodafone está errada, pois não é a única Beneficiária da Oferta a comunicar a instalação de *drops* de cliente. A MEO afirma que outros operadores (com redes em zonas mais rurais) – dando o exemplo do Grupo DST e da Fibroglobal – *“comunicam regularmente a instalação de drops de cliente, remetendo os respetivos cadastros (...) e efetuando os correspondentes pagamentos mensais, não obstante as situações pontuais de incumprimento que foram detetadas e que foram já objeto de interpelação formal.”* (cfr. ponto 70. da resposta à Reclamação).

Salienta que nada obriga a Vodafone a recorrer à ORAP, estando na sua disponibilidade recorrer a outras alternativas, tal como a maior oferta de acesso a postes de Portugal – que é disponibilizada pela EDP. No entanto, de acordo com a MEO, se a Vodafone opta por recorrer à ORAP, então deve cumprir os procedimentos aprovados e nela definidos.

A MEO declara que *“ainda que pudesse ter algumas suspeitas de que poderia haver incumprimento da ORAP no que respeita aos drops de cliente, não tinha evidências concretas dessa prática, nomeadamente quanto à sua magnitude, até 2015, quando a parceria, no âmbito do Acordo de Partilha, com a Vodafone lançou luz sobre essa questão.”* (cfr. ponto 75. da resposta à Reclamação).

Contesta que exista qualquer conduta discriminatória ou persecutória da empresa relativamente à Vodafone e refere que tem vindo a interpelar, por exemplo, a NOS relativamente a situações detetadas de ocupações indevidas, incluindo de *drops* de cliente – situação, que afirma, já ter dado conhecimento à ANACOM.

Para a MEO, a Vodafone colocou-se numa situação em que se tornou claro e notório o seu incumprimento das regras da Oferta, tendo deixado, inclusivamente, de pagar utilizações que tinha pago até então – atitude que entende ser *“altamente reprovável, de quem considera que pode usar a infraestrutura alheia de forma gratuita e sem se submeter a qualquer controlo por*

parte do respetivo proprietário, sobre quem recaem as responsabilidades pela manutenção, integridade e segurança da infraestrutura.” (cfr. ponto 81. da resposta à Reclamação).

Para além disso, a MEO afirma que foi a Vodafone que confessou todos os factos que a MEO lhe imputou, não lhe tendo deixado outra alternativa senão a de pedir a intervenção da ANACOM no âmbito de um procedimento de resolução administrativa de litígios. É inconcebível para a Contrainteressada que, do ponto de vista jurídico, o incumprimento de uns possa servir de fundamento para a desoneração do cumprimento de determinados procedimentos validamente impostos e aprovados.

A MEO alega que não é verdade que outros operadores estejam desonerados do cumprimento dos procedimentos validamente impostos e aprovados na ORAP, afirmando que é falso que daí retire qualquer tipo de vantagem, tanto mais que suporta todos os custos da infraestrutura e cumpre procedimentos internos para proceder à instalação dos seus clientes.

Diz ainda que “Os tempos de instalação enviados à ANACOM em junho de 2017 **[IIC]** **[FIC]** demonstram que não existe qualquer discriminação face aos restantes operadores.” (cfr. ponto 87. da resposta à Reclamação).

A **ANACOM discorda** da argumentação da Vodafone, no sentido de que a sua decisão de 02.08.2018 tivesse tutelado um tratamento discriminatório por parte da MEO e também discorda do argumento de que tal decisão tivesse violado o princípio da igualdade.

E é bom de ver que em momento algum na sua decisão, a ANACOM afirmou, declarou ou corroborou que o procedimento da MEO, plasmado na versão 3.1 da ORAP, respeita o princípio da equivalência de *inputs*, pois tal análise não era objeto do litígio. Recapitulando, este princípio foi mencionado no seguinte contexto: “A respeito do argumento da Vodafone (suscitado na sua comunicação de 16.11.2017) de que a exigência que a MEO começou a fazer aquando da sua mudança de gestão em dezembro de 2015 de receber um pedido por parte das beneficiárias para a instalação de um cabo de cliente (“drop” de cliente) não é admissível, por não respeitar as deliberações da ANACOM, entre outros aspetos, também, na parte em que se destinavam a implementar o **princípio da equivalência de inputs**, impõe-se afirmar que o mesmo é desprovido de qualquer sentido, pois o referido procedimento foi apresentado pela MEO em 2015, e o princípio de equivalência de *inputs* foi determinado pela ANACOM no âmbito da análise de Mercados 3a e 3b decidida e publicada em março de 2017.” (cfr. página 22 da Decisão, agora destacado). Logo, a sede própria para verificar a concreta implementação deste princípio é a da revisão da Oferta.

Por outro lado, como referido na decisão ora reclamada, a MEO identificou as demais Beneficiárias da ORAP que, estando a utilizar ou a ocupar os seus postes para instalação de *drops* de cliente, se encontram, na sua opinião, em situação irregular exatamente por incumprimento do procedimento previsto na Oferta para os *drops*.

Nessa sequência, a MEO também as instou ao cumprimento imediato dos procedimentos devidos e pagamentos associados, de acordo com as condições previstas na ORAP, versão 3.1 em vigor – conforme trouxe ao conhecimento da ANACOM em outubro e em dezembro de 2017 e, novamente, em maio e junho de 2018⁵ – e que reiterou agora em sede de pronúncia à reclamação. Foi por essa razão que a ANACOM referiu que “*não se afigura[va] existir, à partida, um comportamento discriminatório da MEO face à ora Requerida.*” (cfr. página 24 da Decisão de 02.08.2018, agora sublinhado).

Neste âmbito, é importante referir que a decisão da ANACOM versou sobre uma questão interpretativa das condições da ORAP (versão 3.1) em vigor, que se aplica a todas as Beneficiárias que optaram por estabelecer uma relação comercial com a proprietária dos postes (a MEO), as quais, consequentemente, seriam também indiretamente visadas pelo esclarecimento interpretativo objeto do litígio.

Não obstante, tal como já deixou evidenciado na decisão do pedido de suspensão da eficácia da decisão ora reclamada, e como mais adiante melhor se exporá, a ANACOM obteve, supervenientemente e no âmbito do procedimento de revisão da ORAP (e da ORAC), conhecimento mais detalhado de factos que indiciam uma aplicação/cumprimento não uniforme da ORAP vigente em matéria de instalação de *drops* de cliente, que suscitam dúvidas sobre a situação em que a Vodafone ficaria colocada.

Estas dúvidas são agora corroboradas com os mais recentes elementos transmitidos pelas Beneficiárias e pela própria MEO no âmbito das diligências complementares, promovidas no procedimento administrativo em curso de revisão da ORAP (e da ORAC), e que vêm inclusivamente revelar a existência de várias contradições quanto a quem segue ou seguiu os procedimentos da ORAP a respeito de *drops* de cliente.

Contradições essas que, por exemplo, são evidentes na afirmação da MEO de que “*a Derivadas e Segmentos (Grupo DST) e a Fibroglobal (...) comunicam regularmente a*

⁵ Cfr. comunicações da MEO com a ref. ^a S0405, de 11.12.2017, com a ref. ^a S0150, de 30.05.2018, com a ref. ^a S0358, de 23.10.2017, com a ref. ^a S0162, de 11.06.2018, com a ref. ^a S0352, de 16.10.2017, e com a ref. ^a S0163, de 11.06.2018.

instalação de drops de cliente”, quando a Fibroglobal vem afirmar, na resposta ao pedido de informação da ANACOM de 20.09.2018, que “A Fibroglobal **não está a proceder**, tal como definido no procedimento vigente na ORAP ao pedido prévio de intervenção”.

E ainda mais paradigmático, é o facto de agora se saber que a Fibroglobal – [IIC]

[FIC] e que instala *drops* de cliente a pedido da própria MEO – não cumpre desde o início da sua atividade, em 2013, o procedimento definido na ORAP para a instalação de *drops* de cliente, sem que, aparentemente, a MEO tenha tido, desde logo, alguma suspeita de tal incumprimento, só se tendo deparado com a evidência dessa prática em “2015, quando a parceria, no âmbito do Acordo de Partilha, com a Vodafone lançou luz sobre essa questão”.

v) Desproporcionalidade dos custos impostos às Beneficiárias

Por último, a **Vodafone** impugna autonomamente o ponto deliberativo da alínea c) da decisão da ANACOM de 02.08.2018, alegando que, ainda que a ORAP impusesse a obrigação de informação prévia à MEO e que essa obrigação não fosse ilegal, tal não legitimaria o pagamento no montante que a MEO veio reclamar.

A Reclamante discorda, assim, da decisão da ANACOM que considerou que a empresa deve pagar à MEO um valor mensal de ocupação de uma fixação por um cabo em poste de 1,25 €, que se encontra previsto na Tabela 9, no ponto 7.3 daquela Oferta.

Ora, no que respeita a pagamentos associados aos *drops* de cliente, a Vodafone afirma que o ponto 7.3 da Tabela 9 da ORAP diz respeito ao serviço de acesso e instalação – que corresponde a um serviço distinto do de intervenção, ao qual se aplicam somente os preços de acompanhamento e supervisão dos trabalhos (ver o ponto 7.4 e a sua remissão para o ponto 7.6 da Oferta).

Acrescenta a Vodafone que o valor de 1,25 € aí previsto é totalmente desajustado e desproporcional, visando a instalação de cabos “normais”, que têm uma espessura e diâmetro maior e que, como tal, ocupam mais espaço nos postes – ao contrário dos cabos de *drop*, que são uma realidade distinta. Com efeito, avança a Vodafone: «se um *drop* de cliente não sobrecarrega a rede nem ocupa o mesmo espaço do que cabo [um] “normal”, então não faz sentido que o valor a pagar seja idêntico» (cfr. ponto 51. da Reclamação). Para a Vodafone

não existe qualquer justificação para pagar pela instalação de um *drop* de cliente o mesmo valor que pagaria pela instalação de outro cabo que tem um impacto muito superior sobre a rede.

E termina referindo que, a admitir-se ser devida qualquer quantia à MEO pela instalação de *drops* de cliente, esta nunca pode corresponder ao valor unitário de 1,25 € sob pena de ilegalidade da própria ORAP.

A decisão da ANACOM é, pois, segundo a Vodafone, violadora do princípio legal e constitucional da proporcionalidade (cfr. artigos 266.º, n.º 2 da CRP e artigo 7.º, n.º 2 do CPA), *“na estrita medida em que sancione a cobrança, aos operadores de comunicações eletrónicas, de valores absolutamente excessivos, desrazoáveis e sem qualquer correspondência com custos inerentes à instalação de drops.”* (cfr. ponto 53. da Reclamação).

Diferentemente, a **MEO** afirma que a ORAP apenas define que aos pedidos de instalação de *drop* de cliente se aplica o procedimento utilizado para os pedidos de reposição, sendo que em tudo o resto, os *drops* de clientes são instalações de cabos, como tal, sujeitos às mesmas condições (preço, cadastro, etc.).

Neste contexto, escreve: *“Como bem e de forma clara sustenta a ANACOM na sua posição sobre o tema, considerando que sempre houve lugar a este pagamento, e que o preço mensal a aplicar pela fixação é o que se encontra previsto na Tabela 9 do ponto 7.3 da ORAP.”* (cfr. ponto 90. da resposta à Reclamação).

Para a MEO, o preço definido de 1,25 € é totalmente ajustado e proporcional, pois o valor unitário estabelecido – aplicado aos *drops* de cliente – é devidamente sustentado pela oneração associada à ocupação da infraestrutura em causa.

Entende, assim, que a instalação de *drops* de cliente e a ocupação de espaço dos mesmos, por fixação, não difere da dos cabos ditos “normais”, cujo conceito, a MEO reitera, não é identificado na ORAP.

A respeito da alegada violação do princípio da proporcionalidade em matéria de preços por parte da decisão reclamada, a **ANACOM entende** que a Vodafone se limita a mencionar, genericamente, que o valor de 1,25 € a *“pagar pela instalação de drops de cliente”*, é totalmente desajustado e desproporcional, não tendo correspondência com a realidade. Para o efeito faz uma alusão comparativa a cabos que apelida de “normais” e às suas

características, por exemplo, de dimensão e sobrecarga de rede, sem que indique, fundamentadamente, quais são, efetivamente, os “*custos inerentes à instalação de drops*”. Por outro lado, esclarece-se que o preço em questão neste litígio trata-se de um preço (mensal) de ocupação de poste(s) da MEO com o *drop* de cliente da Beneficiária, não se tratando de um preço de instalação (como refere a Vodafone).

Salvo melhor opinião, é precipitado e excessivo concluir que a decisão administrativa reclamada viola o princípio da proporcionalidade, tendo por base meras afirmações e considerações latas, desprovidas de concretização, incluindo quantitativa, de que é exemplo a afirmação de que “*não faz sentido que o valor a pagar [por um cabo de drop e um cabo dito normal] seja idêntico*”.

Fica, assim, aquém a argumentação apresentada pela Vodafone também neste ponto, não sendo demonstrado em que medida a decisão em apreço está ferida de invalidade por violação daquele princípio nas suas três vertentes: da adequação, da necessidade e da proporcionalidade em sentido estrito.

Quanto à posição da MEO, a ANACOM entende que a aqui Contrainteressada também não rebate a argumentação da Reclamante, nem justifica, de forma detalhada e aprofundada, porque é que o preço previsto, de 1,25 €, é “*totalmente ajustado e proporcional*” e, na sua perspetiva, “*é devidamente sustentado pela oneração associada à ocupação da infraestrutura em causa*”.

Como a MEO compreende, este tipo de considerações genéricas, desprovidas de concretização e de maior densificação, em matéria de pagamentos no âmbito da ORAP, vem reforçar as dúvidas que já se tinham suscitado a esta Autoridade, aquando das pronúncias apresentadas pelas Beneficiárias, em 13.08.2018, no âmbito do procedimento em curso de revisão da ORAP (e da ORAC).

Em qualquer caso, importa clarificar que na decisão do litígio, a ANACOM não se deteve sobre a atual adequação do preço, a qual convocaria uma (re)análise/verificação do princípio da orientação dos preços para os custos, por forma a apurar a efetividade da obrigação regulamentar imposta em sede de análise do mercado em causa. Tal verificação não poderia ter lugar num procedimento administrativo inter-partes, como o presente, por ser insuficiente e desadequado para esse efeito, exigindo, outrossim, um procedimento próprio de revisão da ORAP, assegurando-se os mecanismos de participação de todas as potenciais Beneficiárias,

num primeiro momento, e da própria Comissão Europeia, num segundo momento, tudo nos termos da LCE.

4.3. Conclusões da apreciação

Tendo em conta o entendimento da ANACOM exposto nos pontos iii), iv) e v) do ponto 4.2 *supra*, em relação aos fundamentos apresentados pela Vodafone – e a oposição defendida pela MEO –, importa, desde já, clarificar que a decisão de 02.08.2018 não consubstancia um ato administrativo inválido – mormente à luz da informação que estava ao dispor desta Autoridade na data em que foi tomada –, pelo que esta Autoridade entende que é de indeferir o pedido da Reclamante de anulação dos seus efeitos, na medida em que a decisão reclamada não incorre na violação de lei. Ou seja, a ANACOM considera que a decisão reclamada não está inquinada de qualquer vício que gere a respetiva anulabilidade, pelo que não é passível de anulação.

Por outro lado, tal como se evidenciou na decisão reclamada, a instalação de *drops* de cliente é expressamente abordada em diferentes pontos da ORAP, conforme resulta da letra da Oferta de Referência, na sua versão 3.1 (agora 3.2), em vigor. A referência ao procedimento de intervenção para efeitos de instalação de *drops* de cliente, com o correspondente envio de cadastro e pagamentos associados, está prevista no texto da ORAP.

Contudo, tendo sido convocado o reexame da sua decisão, por via da reclamação administrativa apresentada pela Vodafone, não pode a ANACOM desatender aos elementos adicionais relevantes entretanto recebidos e de que apenas teve conhecimento já após a resolução do litígio, ainda que no âmbito de outro procedimento ainda a decorrer e sobre outras Beneficiárias que não são parte no diferendo que foi objeto da decisão de 02.08.2018, mas que são, obviamente, visadas pelas condições estipuladas na ORAP, incluindo as que respeitam à matéria que é também objeto do referido litígio.

Como refere Diogo Freitas do Amaral⁶, *“A reclamação é (...) o meio de impugnação de um ato administrativo perante o seu próprio autor. Fundamenta-se esta garantia na circunstância de os atos administrativos poderem, em geral, ser revogados ou anulados pelo órgão que os tiver praticado; e, sendo assim, parte-se do princípio de que quem praticou um ato administrativo não se recusará obstinadamente a rever e, eventualmente, a revogar, anular, substituir ou modificar um ato por si anteriormente praticado. Confia-se em que (...) a*

⁶ In *“Curso de Direito Administrativo”*, Volume II, 3.ª Edição, Almedina, 2016, p. 619.

consideração de consequências porventura não previstas no momento da decisão anterior, o conhecimento de novos dados entretanto trazidos ao processo ou de novas provas apresentadas – levarão o autor do ato impugnado a rever a sua posição.” (destacado nosso).

Com efeito, tal como referiu na sua decisão sobre o pedido de suspensão, a ANACOM, só após a resolução do litígio, foi confrontada com factos e elementos novos entretanto revelados, designadamente através das pronúncias submetidas (após a data da decisão reclamada) pelas Beneficiárias da ORAP no âmbito do procedimento em curso de alteração da ORAP (e da ORAC), que, naturalmente, não pode nesta (e naquela) sede ignorar, pois, sugerem a aplicação/cumprimento não uniforme das condições desta Oferta. Acrescem a estes, os elementos, entretanto, transmitidos pela MEO e pelas Beneficiárias da ORAP na sequência dos pedidos de informação que lhes foram remetidos, naquela sede, em 20.09.2018.

Neste contexto, a ANACOM não pode deixar de relevar e atender aos elementos mais recentes que são suscetíveis de indiciar que os procedimentos relativos aos *drops* de cliente, ao longo de oito anos de vigência da Oferta, ora são seguidos por alguma(s) Beneficiária(s), ora não o são, quer quanto ao pedido de intervenção, quer quanto ao envio de cadastro, quer quanto ao pagamento pela fixação dos *drops*.

Com efeito, de acordo com elementos agora remetidos pela própria MEO, em resposta ao pedido de informação da ANACOM de 20.09.2018 – pese embora a aparente contradição face a elementos transmitidos por algumas das Beneficiárias –, a empresa reconhece que:

- a) até 2014 (*inclusive*) nenhum operador lhe tinha apresentado qualquer cadastro válido relativo a ocupações dos seus postes com *drops*;
- b) até 2015 (*inclusive*) nenhum operador tinha pago qualquer valor pela fixação de *drops*;
- c) entre 2011 e 2014 houve algumas centenas de pedidos de intervenção visando a instalação de cabos de *drop*⁷; no entanto, nesse período, a MEO não terá exigido nem o pagamento, nem o envio de cadastro.

Assinale-se, contudo, que a NOS [IIC]

[FIC], refere que “*efetua este tipo de instalações como os*

⁷ Embora a MEO mencione que até abril de 2015 não havia nos pedidos de intervenção uma tipificação para os pedidos destinados a instalação de cabos de *drop* de cliente, refere que conseguiu obter esta informação analisando o detalhe de todos os registos de intervenções.

próprios técnicos da MEO o fazem e como a NOS sempre o fez: sem qualquer notificação, prévia ou póstuma, à MEO e, em consequência, sem requerer expressamente essa instalação”.

Também a NOWO, que anteriormente⁸ havia indiciado seguir um procedimento, vem agora, em contradição, declarar que afinal nunca usou qualquer procedimento para solicitar à MEO a instalação de *drops* de cliente, por considerar que tal procedimento não existe na ORAP. Por sua vez, a MEO identifica esta Beneficiária [IIC]

[FIC], sem, no entanto, a identificar como uma das “*beneficiárias da ORAP em situação irregular no que respeita aos procedimentos de instalação de drop de cliente*”.

Também no caso da Fibroglobal, a informação da própria MEO é contraditória, uma vez que na pronúncia à reclamação em análise referiu que “*a Derivadas e Segmentos (Grupo DST) e a Fibroglobal (...) comunicam regularmente a instalação de drops de cliente*”, fazendo crer que seguem o procedimento de intervenção para a instalação de *drops* de cliente. Esta informação é depois contrariada pela própria MEO na resposta ao referido pedido de informação da ANACOM de 20.09.2018, uma vez que não identificou a Fibroglobal no grupo de operadores que recorrem ou já recorreram ao procedimento vigente na ORAP para solicitar a instalação de cabos de *drop* de cliente.

A própria Fibroglobal contradiz aquela alegação ao afirmar, em resposta ao pedido de informação da ANACOM de 20.09.2018, que “*A Fibroglobal **não está a proceder**, tal como definido no procedimento vigente na ORAP ao pedido prévio de intervenção*”.

Em suma, este tipo de elementos, para além de evidenciarem uma aplicação não uniforme da ORAP, entre Beneficiárias e ao longo do tempo, suscitam dúvidas que resultam de diversos elementos difusos, não coincidentes, díspares e mesmo contraditórios transmitidos pelas próprias Beneficiárias e pela titular da Oferta de Referência (a MEO) e que impactam diretamente na análise da matéria em apreço.

Por outro lado, no âmbito do procedimento de revisão da ORAP, incluindo todas as diligências complementares promovidas nessa sede (em concreto, reuniões que a ANACOM tem vindo

⁸ Através da comunicação com a referência REG/711/2016, de 21 de abril de 2016. Aí pode ler-se “*No procedimento definido na ORAP, estabelece-se....*”, ou “*Note-se que no procedimento anterior, as comunicações eram feitas telefonicamente para uma linha específica de atendimento às beneficiárias...*”, o que faz crer que seguia algum procedimento.

a realizar com as Beneficiárias, a pedido destas, e pedidos de informação dirigidos à MEO e às Beneficiárias), têm sido veiculadas preocupações, quer de natureza concorrencial e operacional, associadas ao procedimento de instalação de *drops* e de atualização de cadastro, quer quanto à desadequação do preço de instalação/ocupação de *drops* de cliente nos postes da MEO, que colocam esta Autoridade perante um conjunto de circunstâncias sobrevindas que, se conhecidas à data da prolação da decisão de resolução do litígio ora sob reexame, com o grau de completude e comparabilidade atuais, teriam conduzido à adoção de uma decisão com um sentido diferente.

Confrontada com uma situação de cumprimento/aplicação não uniforme da ORAP, que acaba por ser confirmada pela própria MEO quando, na sua pronúncia à reclamação, refere também haver a necessidade de uma “*clarificação generalizada das regras que são aplicáveis*” e antecipa “*novos pedidos de intervenção para resolução administrativa de litígios*”, não pode a ANACOM deixar de considerar que, afinal, a análise da matéria em diferendo não poderá ficar circunscrita às duas partes nele envolvidas.

É que os efeitos da execução da decisão ora reclamada poderiam vir a colocar, de facto, a Vodafone numa situação distinta, que só poderá vir a ser ultrapassada se a matéria for analisada em procedimento próprio envolvendo todas as partes interessadas, evitando colocar a empresa, ora Reclamante, numa eventual situação de desvantagem perante as demais Beneficiárias, principalmente face àquelas que com ela concorrem na angariação de clientes a nível retalhista. Para além disso, as circunstâncias sobrevindas parecem demonstrar ainda que importa reponderar e adequar os procedimentos e preços associados aos *drops* de cliente, aspeto que esta Autoridade também não pode ignorar.

Tudo isto, considerando que a promoção da concorrência na oferta de redes e de serviços de comunicações eletrónicas, bem como de recursos e de serviços conexos, constitui um objetivo de regulação, devendo a ANACOM, em todas as decisões que adote, aplicar princípios de regulação objetivos e transparentes, não discriminatórios e proporcionais, incumbindo-lhe, designadamente, assegurar que, em circunstâncias análogas, não haja discriminação no tratamento das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas e salvaguardar a concorrência em benefício dos consumidores, promovendo, sempre que apropriado, a concorrência baseada nas infraestruturas (cfr. o artigo 5.º, n.ºs 1, alínea a) e 5, alíneas b) e c) da LCE).

Neste contexto, **a ANACOM considera que é de fazer cessar os efeitos da sua decisão de 02.08.2018 – revogando-a** com efeitos retroativos –, uma vez que a manutenção da situação que esta constituiria não acomoda as necessidades de interesse público que a mesma visava prosseguir, em especial a promoção da concorrência na oferta de redes e serviços de comunicações eletrónicas e a proteção dos interesses dos utilizadores finais.

Para além das motivações de interesse público referidas, a necessidade de atribuição de carácter retroativo à revogação motiva-se também na salvaguarda de princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança do direito, mormente pelo facto de só assim se conseguir obter uma maior certeza jurídica, benéfica para as duas partes envolvidas no presente litígio – e indiretamente para todas as demais Beneficiárias – pois a decisão deste ficará dependente da que vier a ser adotada nos procedimentos aplicáveis de revisão à ORAP.

Revogada que fica aquela decisão, a ANACOM entende que, em resposta ao pedido de resolução de litígio da MEO, deve antes **determinar que a matéria objeto deste seja apreciada no âmbito de alterações da ORAP**, na medida em que uma decisão desta natureza impacta em todas as Beneficiárias desta Oferta, não sendo um procedimento inter-partes suficiente, nem adequado, para esse fim.

Com efeito, tal como se vem aludindo, verifica-se que as Beneficiárias e a própria MEO revelam agora ao Regulador elementos não antes transmitidos, não poucas vezes incongruentes e evolutivos, pelo que a ANACOM está agora na posse de informação que implica uma nova ponderação da matéria em causa e num âmbito mais alargado, envolvendo as demais interessadas/Beneficiárias da ORAP, sendo certo que a sede própria para o fazer é um procedimento de revisão da ORAP.

Neste sentido, entende-se que a decisão a proferir no procedimento específico de revisão da ORAP necessariamente afetará os efeitos da decisão que viesse a dirimir o litígio que opõe a MEO à Vodafone, sendo suscetível de afetar os pressupostos do pedido de intervenção da MEO para a respetiva resolução, por via administrativa.

Nestes termos, uma vez revogada a decisão de 02.08.2018, e pelos fundamentos expostos *supra*, a ANACOM considera que a decisão a proferir no procedimento de revisão da ORAP consubstancia uma questão prejudicial, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 38.º do Código do Procedimento Administrativo, pelo que, deve ser **determinada a suspensão do procedimento de resolução administrativa de litígio desencadeado pela MEO até que seja adotada uma decisão de revisão da ORAP**. Neste contexto, a ANACOM entende que

só então estará em plenas condições de decidir definitivamente o pedido de intervenção que lhe foi submetido pela MEO.

Atendendo à matéria em discussão e à novidade factual aqui descrita, entende-se que deverá ser dada a oportunidade das interessadas se pronunciarem sobre o presente projeto de decisão, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 170.º e dos princípios plasmados nos artigos 121.º e 124.º, todos do CPA.

5. Decisão

Perante o acima exposto, o Conselho de Administração, prosseguindo as atribuições previstas nas alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 8.º dos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 39/2015, de 16 de março, e no exercício das competências que lhe são conferidas pelos artigos 38.º, 165.º, 169.º, 170.º, 171.º, 191.º e 192.º, todos do CPA, delibera:

- a. Indeferir a reclamação da Vodafone quanto ao pedido de anulação da decisão da ANACOM de 02.08.2018, por ser uma decisão integralmente válida.
- b. Deferir a reclamação da Vodafone quanto ao pedido de revogação da decisão da ANACOM de 02.08.2018, determinando que esta cessa os seus efeitos, com eficácia retroativa àquela data, na medida em que não estão em causa direitos ou interesses indisponíveis.
- c. Determinar, ao abrigo do disposto no artigo 38.º do CPA, a suspensão do procedimento de resolução administrativa de litígio ora *sub judice* até à adoção de decisão de alteração da ORAP.
- d. Notificar a MEO e a Vodafone para se pronunciarem, querendo, sobre a presente decisão no prazo de 10 dias úteis, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 170.º e dos artigos 121.º e seguintes do CPA.

Lisboa, 9 de outubro de 2018.